



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

(Monitorização do Plano de Atividades Operacionais)



CONTAS DO EXERCÍCIO

2016

Assembleia-Geral
30 de março de 2017

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2016

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
2.1. VISÃO	
2.2. MISSÃO	
2.3 VALORES	4
2.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	
2.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5
2.5.1. SERVIÇOS	
2.5.2. DADOS GERAIS	7
3. EIXOS ESTRATÉGICOS DE REFERÊNCIA	
4. ORGANIGRAMA	Anexo1
5. CONTAS DO EXERCÍCIO	Anexo2

1. INTRODUÇÃO

Apesar do ano de 2016 ter terminado o exercício com um resultado positivo de 29.900,57€, a situação não é animadora pois, comparativamente a 2015 houve um decréscimo na ordem dos 20.000,00€.

Recorde-se que em 2015 o resultado final quase ascendeu aos 60.000,00€.

Esta diferença no resultado deve-se mais ao acréscimo de despesas, na medida em que as receitas obtidas com o Pirlampo Mágico, campanhas de angariação de fundos, donativos (mod. 25) e outros donativos, comparativamente a 2015 sofreram um decréscimo sensivelmente de 2.000,00.

O acréscimo das despesas prende-se com a obrigatoriedade de reorganizar a valência CAO, a funcionar na sede, estruturada em CAO 1 (74 clientes) e CAO 3 (16 clientes), para três CAO's cada um com 30 clientes.

Esta reformulação efetuada de acordo com a Lei vigente e em conformidade com os novos acordos de cooperação assinados com o ISS e válidos por três anos obrigou ao alargamento do quadro de pessoal, nomeadamente três auxiliares e um fisioterapeuta a tempo inteiro e ainda um técnico de serviço social a meio tempo. Os *turnover's* registados ao longo do ano também implicam sempre despesas.

Através da apresentação do relatório de gestão iremos perceber mais detalhadamente o impacto refletido no exercício.

A necessidade de proceder a investimentos inadiáveis, nomeadamente a aquisição de uma viatura de nove lugares, é imperativa pelo que as atividades com vista à angariação de fundos continua a ser uma estratégia a ter em conta.

Apesar dos constrangimentos financeiros, é preocupação da CERCILEI prestar cada vez mais um serviço de qualidade à população que atende, tendo sempre presente a Carta de Direitos de Clientes e a Missão a que se propõe: “Promover a educação, reabilitação e inclusão socioprofissional da pessoa com deficiência, potenciando o exercício de cidadania, através do humanismo, equidade e solidariedade”. Tem como Visão “ser uma instituição de referência nos concelhos de Leiria, Batalha e Porto de Mós, na inclusão do cidadão com deficiência” e pauta a sua intervenção pelo respeito de Valores que elegeu: “Rigor, responsabilidade, integridade, solidariedade, privacidade e confidencialidade”.

No seu desempenho, podemos enfatizar as conquistas ao nível das oportunidades criadas de envolvimento dos destinatários e partes interessadas que cada vez mais manifestam as suas necessidades e expectativas, avaliando o impacto dos seus programas e serviços, detetando necessidades, revendo medidas e promovendo estratégias de inovação no intuito de melhorar procedimentos.

Do mesmo modo, o envolvimento dos colaboradores, encarregados de educação, parceiros, entidades financiadoras e outros, possibilita-nos responder à Missão e continuar a investir no sentido de ser uma instituição merecedora da Certificação da Qualidade pela norma EQUASS (Qualidade Europeia no Âmbito dos Serviços Sociais), cuja auditoria externa para a quarta renovação vai decorrer nos próximos dias 20 e 21 de abril.

Atualmente mantém resposta a cerca de trezentas crianças, jovens e adultos, pertencentes aos concelhos de Leiria, Batalha e Porto de Mós, distribuídos pelas várias valências da instituição (Intervenção Precoce – Leiria e P. Mós /Batalha, Centro de Recursos para a Inclusão, Centro de Atividades Ocupacionais - Leiria e P. Mós /Batalha, Formação Profissional, CERCISERV e Lar Residencial – Leiria e Amor) em função da idade e condição de deficiência.

2. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.1. VISÃO

Ser uma Instituição de referência nos concelhos de Leiria, Batalha e Porto de Mós, na inclusão do cidadão com deficiência

2.2 MISSÃO

Promover a educação, reabilitação e inclusão socioprofissional da pessoa com deficiência, potenciando o exercício da cidadania através da confidencialidade, rigor, privacidade, integridade, solidariedade e responsabilidade.

2.3. VALORES

Confidencialidade	Restringe o conhecimento de dados dos clientes às pessoas que deles necessitam para o exercício do conteúdo funcional do cargo a apenas para este fim
Rigor	Toma decisões com base em factos e executa tarefas e registos conforme definido nos procedimentos
Privacidade	Respeita espaços e tempos afetos à fruição dos clientes
Integridade	Respeita os direitos e deveres de todas as partes interessadas e as regras organizacionais de conduta
Solidariedade	Assume a interdependência e ajuda recíproca para a garantia da qualidade dos serviços
Responsabilidade	Age de acordo com amissão, as políticas e os requisitos do cargo e justifica as suas próprias ações

2.4. POLÍTICAS

Política da Qualidade

A CERCILEI define, implementa e controla o seu compromisso com a satisfação das necessidades e expectativas legítimas dos clientes e de outras entidades interessadas. Para garantir a execução da política da qualidade, a organização deve controlar a conformidade e melhorar continuamente os processos. A gestão da qualidade deve melhorar a sustentabilidade da organização.

Política da Ética:

A CERCILEI define, implementa e controla o seu compromisso relativo a valores morais fundamentais, orientados para a prevenção de riscos desnecessários e organização das práticas que respeitem a privacidade, integridade, confidencialidade, rigor, solidariedade e responsabilidade.

Política de Rec. Humanos:

A CERCILEI define, implementa e controla o seu compromisso relativo ao recrutamento, seleção, formação e avaliação dos trabalhadores de modo a promover a melhoria da sua qualificação e do seu desempenho e a garantir igualdade de oportunidades de formação, desempenho, promoção e remuneração.

Política de Participação:

A CERCILEI define, implementa e controla o seu compromisso relativo à participação e inclusão dos seus clientes e à participação de outras entidades interessadas na melhoria dos processos da qualidade em todos os níveis da organização.

Política de Responsabilidade Social:

A CERCILEI define, implementa e controla o seu compromisso relativo ao desenvolvimento da comunidade onde opera. Este compromisso abrange os domínios ambiental, económico, social e cultural e não visa obter benefícios diretos.

Política de Parcerias:

A CERCILEI define, implementa e controla o seu compromisso relativo à cooperação com outras entidades, públicas ou privadas, para explorar sinergias de modo a melhorar a sustentabilidade organizacional. As parcerias devem, por isso, ser voluntárias, permitirem vantagens recíprocas e envolver as dimensões económicas, humanas e ambientais.

Política de Qualidade de Vida

A CERCILEI define, implementa e controla uma dinâmica que pretende atingir a satisfação do cliente com a sua vida, a esperança de que é capaz de atingir os objetivos definidos no seu projeto de vida, a capacidade de

autodeterminação (mesmo que em escolhas básicas), saúde e funcionalidade. O papel da Instituição consiste em ajudar os clientes a explorar as possibilidades e apoiá-los nas suas decisões.

Política de Segurança, higiene e saúde no trabalho

A CERCILEI define, implementa e controla um processo dinâmico e de melhoria contínua nas áreas segurança, higiene e saúde no trabalho com o intuito de monitorizar e minimizar os riscos laborais a que os colaboradores e outras partes interessadas possam estar expostas e a doenças profissionais associadas às suas atividades, dando maior ênfase à prevenção do que às ações corretivas, promovendo a formação, sensibilização e envolvimento de todos.

Política da Confidencialidade

A CERCILEI define, implementa e controla o seu compromisso relativo à confidencialidade da informação dos clientes, incluindo todos os dados que se encontrem sob alguma reserva, nomeadamente aqueles cuja divulgação: (1) possa prejudicar a prestação de serviços; (2) Possam ser usados na construção de imagem negativa ou estereotipada; (3) Possa causar indesejada e legítima insatisfação dos clientes e /ou seus representantes.

2.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.5.1. SERVIÇOS

É objetivo da CERCILEI estar presente, ativa e personalizadamente, nas diversas áreas de intervenção vocacionadas para o cidadão portador de deficiência.

Em conjunto com os clientes /significativos /alunos /formandos, assim como com os parceiros e outras partes interessadas, tem percorrido um caminho que se pauta pela eficácia na prestação dos seus serviços.

Neste momento, a CERCILEI atua em várias vertentes de acordo com as necessidades manifestadas pela comunidade envolvente:

VALÊNCIA EDUCATIVA (EDUCACIONAL)

A Valência Educacional dá resposta a crianças e jovens com necessidades educativas especiais e idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, e assegura atividades letivas e de integração social do aluno com deficiência mental, cuidados de higiene e conforto, apoio psicológico, social e terapêutico, privilegiando a estimulação sensorial, motivações, e sempre que possível, a aquisição de alguns conhecimentos na vertente de uma escolaridade básica funcional. Assegura as refeições, apoio técnico, administração da terapêutica e transportes.

CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO (CRI)

Com base no levantamento de necessidades efetuado no projeto educativo de cada agrupamento de escolas, o CRI atua nas seguintes áreas:

- Apoio à avaliação especializada, no âmbito da psicologia, terapia da fala e fisioterapia, das crianças e jovens com necessidades educativas especiais de caráter permanente;
- Apoio à execução de atividades de enriquecimento curricular, designadamente a realização de programas específicos de atividades físicas e prática de desporto adaptado;
- Apoio à elaboração, implementação e acompanhamento de programas educativos individuais;
- Desenvolvimento de respostas educativas no âmbito da educação especial, terapias e acompanhamento psicológico;
- Apoio à transição das crianças e jovens para a escola e para vida pós-escolar, nomeadamente a transição para o emprego;

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS (CAO)

As duas Unidades Ocupacionais de que dispomos integram cidadãos com idade superior a 16 anos e deficiência intelectual, cujas capacidades não lhes permitam o exercício de uma atividade profissional. O objetivo central da valência CAO consiste em promover a qualidade de vida dos seus clientes nas dimensões: desenvolvimento pessoal, bem-estar e inclusão social.

Os serviços prestados nesta resposta social comportam a realização de:

- Atividades estritamente ocupacionais (cerâmica, têxteis, pintura, entre outros);
- Atividades socialmente úteis (jardinagem, lavandaria, serviços gerais);
- Atividades lúdico-terapêuticas (natação patinagem, fisioterapia, hipoterapia, snoezelen, entre muitas outras);
- Atividades de desenvolvimento pessoal e social (atividades da vida diária, informática adaptada, socializações, e outros);
- Apoio de terceira pessoa (alimentação e higiene pessoal);
- Administração terapêutica;
- Refeições;
- Transporte.

INTERVENÇÃO PRECOCE (IP)

No âmbito de uma dinâmica de parcerias surgiu o projeto “Nós” a nível da Intervenção Precoce, tendo como principal objetivo o apoio às famílias de crianças com problemas de desenvolvimento dos 0 aos 6 anos de idade.

Norteadas pelos mesmos princípios do projeto “Nós”, surgiu o 2º projeto de Intervenção Precoce “Bem-me-quer”, com o objetivo de dar apoio às famílias de Porto de Mós e Batalha.

Os objetivos das Equipas de Intervenção Precoce são assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento global das crianças com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento, potenciar a melhoria das interações familiares, reforçar as competências familiares como suporte da sua progressiva capacitação e autonomia face à problemática da deficiência e envolver a comunidade no processo de intervenção.

LAR RESIDENCIAL (LRE)

As duas Unidades Residenciais de que dispomos integram cidadãos com idade superior a 16 anos (excecionalmente poderão ser admitidos jovens com idade inferior a 16 anos, cuja situação sociofamiliar o aconselhe e se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas), que frequentam a Instituição numa das três valências e que necessitam desta resposta social.

Poderão ainda ser integrados cidadãos com comprovada ausência ou impossibilidade da família em assegurar o seu acolhimento, quando a família necessitar deste apoio em determinadas situações, tais como em caso de doença ou de necessidade de descanso da respetiva família, devidamente justificados, em situação de emergência social e quando frequente estruturas de ensino, formação profissional ou programas ocupacionais cujo local não seja compatível com o da respetiva residência.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL (FP)

A formação está vocacionada para jovens com idade igual ou superior a 15 anos com necessidades formativas especiais e alguma capacidade de trabalho autónomo, e tem como objetivo principal a sua integração socioprofissional. No centro de integração socioprofissional – CINFORM, é assegurada a avaliação, orientação profissional e qualificação para o emprego, ministrando cursos de formação profissional que visam responder às necessidades individuais de cada formando, dotá-los de competências sociais e pessoais, promover as suas competências para o emprego e, conseqüentemente, possibilitar a sua integração no mercado normal de trabalho.

CERCISERV

A CERCISERV – Prestação de Serviços de Jardinagem e Lavandaria é a empresa que dá corpo ao projeto de Inserção Social de desempregados de longa duração e beneficiários do rendimento social de inserção e ainda de jovens com deficiência moderada e ligeira. Criada pela CERCILEI com o apoio do Centro de Emprego de Leiria, permite aumentar o leque de intervenção e respostas da Instituição.

2.5.2. DADOS GERAIS

A CERCILEI encontra-se organizada por valências /respostas sociais, dispostas por quatro estabelecimentos:

- Pinheiros, Leiria (Sede): Educ., CAO 1, 2 e 3 Lra, FP, CERCISERV, IP 1 e CRI
- Anaia, P. Mós: CAO PM/BTL e IP 2
- Vale-Sepal, Leiria: LRE 1
- Amor, Leiria: LRE 2

VALÊNCIA	LOCAL /ÁREA ABRANGÊNCIA	DATA DA CONSTITUIÇÃO	TUTELA	Nº ALUNOS /CLIENTES	Nº COLABORAD. (DEZ16)*	CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE
Educacional	Pinheiros /Concelho de Leiria	1976	Ministério de Educação	5	2	---
CAO LRA-Centro Atividades Ocupacionais	Pinheiros /Concelho de Leiria	1988 e 2009	Ministério da Solidariedade, Emp ^o e Segurança Social	90	36	2015-17
Formação Profissional	Concelhos Leiria, Porto Mós e Batalha	1992	Ministério da Solidariedade, Emp ^o e Segurança Social	45int+13ext	13	2013-...
Lar Residencial 1	Pousos /Concelho de Leiria	1997	Acordos com a Segurança Social	12	6	2015-17
CERCISERV-Serviços de Jardinagem e Lavandaria	Concelhos de Leiria, Pombal e M. Grande	1999	Ministério da Solidariedade, Emp ^o e Segurança Social	**	7	---
Intervenção Precoce Leiria	Concelho de Leiria	2000	Ministério da Solidariedade, Emp ^o e Segurança Social	60(+28)	3	---
CAO PM/BTL-Centro Atividades Ocupacionais	Anaia /Concelhos Porto Mós e Batalha	2006	Ministério da Solidariedade, Emp ^o e Segurança Social	30	10	2015-17
Lar Residencial 2	Amor /Concelho de Leiria	2006	Ministério da Solidariedade, Emp ^o e Segurança Social	10	5	2015-17
Intervenção Precoce P. Mós e Batalha	Concelhos Porto Mós e Batalha	2007	Ministério da Solidariedade, Emp ^o e Segurança Social	45(+10)0	2	---
CRI -Centro de Recursos para a Inclusão	Concelho de Leiria	2008	Ministério de Educação	433***	11	---

* Valores calculados em função do somatório das percentagens de afetação;

** Clientes contabilizados em CAO Lra;

*** Quantidade de apoios, sendo que existem alunos apoiados em mais do que uma especialidade.

3. EIXOS ESTRATÉGICOS DE REFERÊNCIA

EIXO	DESIGNAÇÃO
1	ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE
2	ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E RESPONSABILIDADE SOCIAL
3	GESTÃO ORGANIZACIONAL

4. ORGANIGRAMA

(Anexo 1)

5. CONTAS DO EXERCÍCIO

(Anexo 2)

PLANO DE ATIVIDADES OPERACIONAL PARA 2016 (MONITORIZAÇÃO)



EIXO 1- ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE

OBJETIVO ESTRATÉGICO | 1.1. PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇO EM RESPOSTA ÀS NECESSIDADES IDENTIFICADAS

Objetivo operacional | 1.1.1. Prestar apoio sócio ocupacional

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Alargamento da resposta social (CAO)	CAO Lra	Sede	Jan-Dez	CA	Lista de espera	Nº de novos clientes apoiados	0	(1) 4	4	+3	4	0

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Com a revisão do Acordo de Cooperação do CAO de Leiria e na sequência da reestruturação deste, registaram-se 4 novos clientes para ocupação de vagas, em sede de acordo, na valência. Meta ajustada.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Não se verificam alterações na monitorização final face ao acompanhamento semestral, o que representa a inexistência de desvios no(a) presente objetivo /ação.

Objetivo operacional | 1.1.2. Edificar nova estrutura de Lar residencial

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Aquisição de terreno	LRE Lra	Sede	Jan-Dez	CA	Escritura	Nº de ações	0	1	0	-1	0	-1
Execução de projeto de arquitetura	LRE Lra	Sede	Jan-Dez	CA	Projeto	Nº de ações	0	1	0	-1	0	-1
Candidatura a fundos estruturais	LRE Lra	Sede	Jan-Dez	CA	Projeto	Nº de ações	0	1	0	-1	0	-1

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Continuam a desenvolver-se as devidas diligências no sentido de atingir os objetivos traçados ainda esta ano. Meta sem ajustes.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Não se verificam alterações na monitorização final face ao acompanhamento semestral, o que representa a existência de desvios no(a) presente objetivo /ação (-1).

OBJETIVO ESTRATÉGICO | 1.2. PROMOVER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O EXERCÍCIO DE CIDADANIA DOS CLIENTES

Objetivo operacional | 1.2.1. Proporcionar a consciencialização e participação dos clientes no exercício e utilização dos seus direitos e mecanismos disponíveis, aumentando a sua capacidade de autorrepresentação

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Planeamento e execução de um plano de trabalho (grupo de autorrepresentação)	CAO, LRE, FP	Todos os estabelecimentos	Jan-Dez	Psicólogos	Lista de presenças	Nº de clientes participantes	26	(30)25	23	-7	24	-1

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Até à data os clientes integrantes dos grupos de autorrepresentação ascendem a 23 (CAO P. Mós=7; FP=8; CAO Leiria=8), abaixo portanto do inicialmente previsto. Meta ajustada.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Registaram-se 24 clientes integrantes nos grupos de autorrepresentação (CAO P. Mós=8; FP=8; CAO Lra=8, o que apesar de tudo resulta em num desvio negativo de -1) face à meta que havia sido revista na monitorização semestral.

Objetivo operacional | 1.2.2. Proporcionar condições para aumentar a participação dos clientes e dos seus responsáveis nas atividades e iniciativas institucionais

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Realização de um plano de trabalho (PI, PO, assembleias-gerais, comemoração de datas festivas, atividades com	Todas	Diversos	Jan-Dez	CA, equipa técnica e GQ	Lista de presenças	Taxa de clientes /significativos participantes	73,61%	60%	51,85%	-8,15%	70,73%	+10,73%

PLANO DE ATIVIDADES OPERACIONAL PARA 2016 (MONITORIZAÇÃO)



o meio)

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL E FINAL:

ITEM / SEMESTRE	CAO LEIRIA		CAO P. Mós		LRE		
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	
Planos individuais	90/90 (100%)	90/90 (100%)	30/30 (100%)	30/30 (100%)	22/22 (100%)	12/12 (100%)	10/10 (100%)
Planos operacionais	90/0 (0%)*	60/6 (6,66%)	30/0 (0%)*	30/0 (0%)	22/0 (0%)*	12/1 (8,33%)	10/0 (0%)
Datas festivas (clientes e signif.)	239/211 (88,28%)	542/496 (91,51%)	120/68 (56,67%)	180/119 (66,11%)	22/0 (0%)	51/49 (96,08%)	70/70 (100%)
Atividades com o meio (clien. e sig.)	489/440 (89,98%)	54/54 (100%)	280/98 (35%)	112/102 (91,07%)	118/118 (100%)	7/7 (100%)	18/18 (100%)
Assembleias-Gerais	Março: 120/5 (4,17%) Dezembro: 120/6 (5%)						
MÉDIA	1º semestre: 51,85%		2º semestre: 89,60%		Anual: 70,73%		

*Assembleia-Geral para o efeito em dezembro

PRINCIPAIS ATIVIDADES E EVENTOS:

ATIVIDADE /EVENTO	CAO LRA	CAO PM	LRE
Acantonamento			
Aniversário CERCILEI			
Carnaval			
Convívio final de ano			
Dia da árvore			
Visita Delegação francesa			
Dia do bolinho			
Encontro da CERCILEI			
Festa início ano letivo			
Festa de Natal			
Semana cultural			
Festas São Pedro			
Gala da inclusão			
Jantar de Natal			
Noite do fado			
Festival "viver P. Mós"			
Concurso de presépios			
Semana especialíssima - AMA			
Páscoa			
Passeio de pais e mães Natal			
Pirilampo Mágico			
Praia			
Sarau			
Semana da educação			
Semana aberta			
Projeto musical "fluir"			
Jantar de solidariedade			

Nota) Acrescem outros eventos de cariz pontual cuja participação de clientes/significativos se encontra contabilizada nos resultados. Meta sem ajustes.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Registou-se uma taxa média de participação de 70,73%, acima, portanto do esperado (10,73%).

OBJETIVO ESTRATÉGICO | 1.3. PROMOVER A QUALIDADE DAS RESPOSTAS E SERVIÇOS

Objetivo operacional 1.3.1. Reformular o sistema de gestão da qualidade numa perspetiva de melhoria contínua

Ações a desenvolver	Valência	Local	Data	Responsável	Instrumento de	Indicador	Nível atual	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
---------------------	----------	-------	------	-------------	----------------	-----------	-------------	----------	------	--------	------	--------

PLANO DE ATIVIDADES OPERACIONAL PARA 2016 (MONITORIZAÇÃO)



	/serviço				avaliação		(RA 2014)					
Implementação de novas medidas de melhoria	Todas	Todos os estabelecimentos	Jan-Dez	CA e GQ	Norma EQUASS	Auditoria int/ext	0	(1)5	1	0	2	-3

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Após realização da auditoria externa de renovação da certificação EQUASS foram traçadas cinco medidas de melhoria (além de uma sexta, já concluída em 2015) a serem implementadas até 2016. Até à data foi uma "fechada". Meta ajustada.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Foram concluídas mais duas medidas de melhoria, mantendo-se por fechar três, o que se prevê que ocorra no primeiro quadrimestre de 2017 (nº 1-metas PAO, nº 5-escala QV e nº 6-proj. melh. e inov. na rev. sist.).

Objetivo operacional 1.3.2. Promover a melhoria contínua do funcionamento das valências /serviços

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Criação de projetos de melhoria (IMP029)	Todas	Todos os estabelecimentos	Jan-Dez	DT/DS	Gestão de reclamações e sugestões	Nº de projetos por valência /serviço	1	1	0,29	-0,71	1,86	+0,86

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Até à data foi concebido um projeto de melhoria no edifício-sede (estruturada de internet). Mantém-se, contudo, a meta.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Foram registados treze projetos de melhoria durante o ano civil. Sendo sete as valências /serviços, resulta um valor de 1,86 projetos por valência /serviço, acima do previsto, portanto.

Objetivo operacional 1.3.3. Garantir que os colaboradores se revejam nas políticas e valores institucionais

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Dinamização de uma ação de formação/sensibilização no domínio da política organizacional e princípios da ética	Todas	Sede e P. Mós	Set	GQ	Plano de sessão	Nº de ações	3	1	0	-1	3	+2

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Ação prevista para o segundo semestre. Meta sem ajustes.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Registou-se o desenvolvimento de três ações (CTCV=2 + AG dez17=1), portanto mais duas do que o inicialmente previsto.

Objetivo operacional 1.3.4. Garantir a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes /significativos

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Meta	Real	Desvio	Real	Desvio
Avaliação da satisfação	CAO e LRE	Sede	Nov-Dez	GQ e DT/DS	Questionário	Taxa de clientes /significativos satisfeitos	73,70% (RS certif.)	70%	0	-70%	78,28%	+8,28%

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Ação prevista para novembro /dezembro.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Conforme previsto realizou-se a avaliação da satisfação de todas as partes interessadas. No caso particular dos clientes, registou-se uma taxa positiva de satisfação de 78,28%, acima dos 70% mínimos esperados.

EIXO 2- ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	2.1. PROMOVER A DINAMIZAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DO BENCHMARKING, ASSIM COMO A COOPERAÇÃO COM ENTIDADES PARCEIRAS
----------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Objetivo operacional 2.1.1. Estabelecer novas parcerias

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
---------------------	-------------------	-------	------	-------------	--------------------------	-----------	-----------------------	----------	------	--------	------	--------

PLANO DE ATIVIDADES OPERACIONAL PARA 2016 (MONITORIZAÇÃO)



Criação de novas parcerias	Todas	Diversos	Jan-Dez	DT/DS	Monitorização de parcerias	Nº de novos parceiros	18	(1)4	4	+3	4	0
----------------------------	-------	----------	---------	-------	----------------------------	-----------------------	----	------	---	----	---	---

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Registaram-se cinco novas parcerias, terminando uma. Meta ajustada.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Até final do ano civil a registar sete novas parcerias, terminando quatro. Em conformidade com planeado, portanto.

Objetivo operacional	2.1.2. Promover a partilha interinstitucional, gerando sinergias mútuas											
Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Visita a organizações congêneres	Todas	Diversos	Jan-Dez	DT/DS	Relatório de visita	Nº de organizações	1	(1)3	2	+1	4	+1

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Até à data registaram-se duas visitas. A saber: CAO P. MÓS Intercentros; FP APPACDM de Viseu (fev). Meta ajustada.

MONITORIZAÇÃO FINAL: No segundo semestre registaram-se dois, mais a continuidade do projeto Intercentros pelo CAO P. Mós. A saber: CAO Leiria Intercentros e Hospitalidade (27/10); CAO P. Mós Intercentros, o que representa mais uma visita em relação ao que havia sido previsto.

Objetivo operacional	2.1.3. Garantir a satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas (parceiros, fornecedores e financiadores)											
Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Avaliação da satisfação	Todas	Sede	Nov-Dez	GQ e DT/DS	Questionário	Taxa de satisfação	78,12% (RS certif.)	70%	0	-70%	90,33%	+20,33%

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Ação prevista para novembro /dezembro.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Calculada a avaliação da satisfação das partes interessadas “fornecedores” e “parceiros” (uma vez que até à data e após vária insistência ainda não obtivemos resposta por parte do ISS), registou-se um resultado de satisfação de 90,33%, 20,33% acima do mínimo esperado.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	2.2. PROMOVER O COMPROMISSO INSTITUCIONAL RELATIVO AO DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE
-----------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------

Objetivo operacional	2.2.1. Melhorar o contributo solidário da Instituição para a comunidade qualificando-a e sensibilizando-a para os direitos e deveres das pessoas com deficiência											
Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Realização de atividades com o envolvimento da comunidade (Semana aberta, Sarau e Acantonamento)	Todas	Diversos	Jan-Dez	A definir	Relatório de atividade	Nº de atividades	9	4	3	-1	3	-1
Realização de ações de formação/sensibilização (Exposição ESS-Enfermagem e Encontro da Cercilei)	Todas	Diversos	Jan-Dez	Quadro superior	Relatório de atividade	Nº de ações	2	(2)4	3	0	8	+4
Receção de estúgios (Enfermag., Ter. da Fala e outro)	CAO, Educ.	A definir	Jan-Dez	DT/DS	Ficha de estágio	Nº de entidades com quem se celebra estúgios	2	3	1	-2	3	0

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Atividades com comunidade Foram realizadas as atividades Semana Aberta, Sarau e Acantonamento, conforme previsto. Mantem-se a meta de 4 para a eventualidade de surgir uma outra até final do ano civil; Ações formação /sensibilização Foi realizado o Encontro da CERCILEI (IPL, 31/3 a 2/4), Rui Veiga deu uma formação (seminário Aldeia SOS, 26/1). Altera-se a meta para 4 na eventualidade de surgir uma outra até final do ano civil; Estúgios Gestão Desportiva (P. Mós) Até à data, registou-se o acolhimento a um estágio (Gestão desportiva – P. Mós). Meta sem ajustes.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Além do registado no primeiro semestre...: Atividades com comunidade Nada a registar, mantendo-se as três do primeiro semestre; Ações formação /sensibilização Registaram-se seis novas ações de formação /sensibilização, incluindo duas ainda do 1º semestre (22/3, AE Correia Mateus, Patrícia Correia; 18/10, GAP JF Mª Grande, Rui Veiga; 29/11, AE Caranguejeira e Sta. Catarina da Serra, Sara Esteves;

PLANO DE ATIVIDADES OPERACIONAL PARA 2016 (MONITORIZAÇÃO)



14/1 a 14/4, AE Correia Mateus, Carla Caixeiro; 6/10, FNAC, Célia Sousa e 7/12, FNAC, Rui Veiga), do que resulta um total anual de oito ações, mais quatro do que o inicialmente previsto; **Estágios**) Terapia da fala – IPL (educacional, out/dez), Ativ física e desporto (CAO Leiria, nov/jul17), resultando em três os estágios recebidos durante o ano, de resto, em conformidade com o planeado.

EIXO 3 – GESTÃO ORGANIZACIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO | 3.1. PROMOVER O ENVOLVIMENTO E O DESEMPENHO DOS COLABORADORES

Objetivo operacional 3.1.1. Melhorar a qualificação dos colaboradores adequando-a às necessidades

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Plano de formação	Todas	Sede	Jan-Dez	DRH	Relatório de formação	Taxa de aproveitamento	100%	80%	0	-80%	42,67%	-37,33%

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Monitorização a realizar no final do ano. Meta sem ajustes.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Registado um valor de aproveitamento em sessões com avaliação (Encontro (48/5); Legislação laboral (1/1); Disfagia (11/11); Feedback Artur Delgado (8/8); Contratação pública (2/2): Aplicadores (5/5)) na ordem dos 42,67%, abaixo do esperado em 37,33%.

Objetivo operacional 3.1.2. Melhorar o desempenho dos colaboradores

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Avaliação da motivação	Todas	Sede	Nov	DRH	Questionário	Taxa de colaboradores motivados	83,46%	75%	0	-75%	84,43%	+9,43%
Avaliação do desempenho	Todas	Sede	Nov-Dez	DT/DS e CA	Relatório de AD	Taxa de colaboradores com nível de desempenho ≥ 3	0% (≥ 4)	100% (≥ 3)	0	-100%	0%	-100%

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Processo de avaliação da motivação a decorrer no segundo semestre. Meta sem ajustes. Processo de avaliação do desempenho a decorrer no segundo semestre. Meta sem ajustes.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Avaliação da motivação) Registou-se uma taxa de motivação de 84,43%, superando os 75% mínimos previstos; Avaliação do desempenho) Não se encontra ainda concluído o processo de avaliação do desempenho, o que resulta em meta não alcançada.

Objetivo operacional 3.1.3. Garantir a satisfação das necessidades e expectativas dos colaboradores

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Avaliação da satisfação	Todas	Todos os estabelecimentos	Nov-Dez	GQ e DT/DS	Questionário	Taxa de colaboradores satisfeitos	66,34%	70%	0	-70%	69,75%	-0,25%

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Ação prevista para novembro /dezembro.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Registou-se uma taxa de satisfação dos colaboradores na ordem dos 69,75%, muito ligeiramente abaixo do esperado, portanto.

Objetivo operacional 3.1.4. Estimular e reconhecer a implicação dos colaboradores nos objetivos organizacionais

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Avaliação do desempenho	Todas	Sede e P. Mós	Nov-Dez	DT/DS e CA	Relatório de AD	Taxa de colaboradores com atribuição de dias majorados	55,26%	45%	0	-45%	0%	-45%

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Processo de avaliação do desempenho a decorrer no segundo semestre. Meta sem ajustes.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Avaliação do desempenho) Não se encontra ainda concluído o processo de avaliação do desempenho, o que resulta em meta não alcançada.

OBJETIVO ESTRATÉGICO | 3.2. PROMOVER A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA ORGANIZAÇÃO

PLANO DE ATIVIDADES OPERACIONAL PARA 2016 (MONITORIZAÇÃO)



Objetivo operacional	3.2.1. Promover uma gestão racional de custos											
Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Revisão e formalização de contratos de fornecimentos de bens e serviços (produtos de higiene e vigilância; energia elétrica)	Administrativo	Sede	Jan-Dez	DF	Relatório e contas do exercício	Nº de revisões de contratos existentes	1	2	1	-1	3	+1
Execução de medidas e promoção de comportamentos para a sustentabilidade (AG's e RGT)	Todas	Todos	Jan-Dez	DT/DS e CA	Atas	Nº de ações	3	(3)4	2	-1	4	0

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Contratos) Durante o 1º semestre renegociou-se o contrato com o fornecedor de energia elétrica, mantendo-se a meta sem ajustes; Promoção comportamentos) Realizadas a Assembleia-Geral de março e a reunião geral de junho. Meta ajustada para 4 por se prever a realização de mais duas ações relacionadas com o objetivo estipulado.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Contratos) A registar a formalização de um novo contrato com uma nova seguradora e a revisão do contrato com a empresa de Catering (sede). Mais um do que um previsto; Promoção comportamentos) No segundo semestre registaram-se mais dois momentos nos quais se promoveu o comportamento desejado (Reunião geral e AG de dezembro). Meta sem desvios.

Objetivo operacional	3.2.2. Aumentar o contributo das entidades (públicas) e comunidade (tecido empresarial e particulares)											
Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Realização de atividades de angariação de fundos	CAO, LRE e ED	Diversos	Jan-Dez	DT/DS	Relatório e contas do exercício	Donativos e receita de eventos	47.197,05€	(15.000€) 45.000€	39.573,64€	+24.573,64€	47.423,16€	+2.423,16€
Formulação de candidaturas a programas e projetos (CML, BPI Capacitar, INR, SIC Esperança, Operação alegria)	CAO, LRE e ED	Sede e P. Mós	Jan-Dez	DT/DS	Ficha de projeto	Taxa de aprovação	33,33%	25%	50%	+25%	25%	0

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Angariação de fundos) Até à data registaram-se 39.573,64€ provenientes de receitas de donativos e eventos, ultrapassando o inicialmente previsto para todo o ano. Meta ajustada, portanto. ; Projetos) Foram elaborados projetos para o BPI Capacitar e INR, sendo o do INR aprovado. Meta sem ajustes.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Donativos) Concluído o exercício relativo a 2016, registou-se um montante obtido a título de donativos na ordem dos 47.423,16€, 2.423,16 acima do esperado; Candidaturas) Foram elaboradas candidaturas a um projeto da Gulbenkian e do IPL ("Mala pedagógica"). Aguardamos decisão relativamente à candidatura ao IPL, já que o da Gulbenkian não foi aprovado.

OBJETIVO ESTRATÉGICO | 3.3. PROMOVER A MELHORIA DOS RECURSOS FÍSICOS

Objetivo operacional	3.3.1. Melhorar, requalificar e renovar estruturas e equipamentos											
Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Execução de benfeitorias necessárias à eficiência dos serviços (CERCISERV: Vaporeta e armazém de produtos fitofarm.; LRE1: Sofás e cadeiras; CAO Lra: Estores, parque geriátrico e mufra)	Todas	Sede	Jan-Dez	CA	Ficha de obra	Nº de ações	2	9	5	-4	15	+6

PLANO DE ATIVIDADES OPERACIONAL PARA 2016 (MONITORIZAÇÃO)



ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: No 1º semestre registaram-se as seguintes benfeitorias: CERCISERV) Armazém produtos fitofarmacêuticos; TODAS-SEDE) Substituição tubagem ramal água sede; reparação mini-autocarro; CAO LRA) Construção portas corredor; FP) Cobertura e pintura com colocação de flutuante nos contentores. Meta sem ajustes.

MONITORIZAÇÃO FINAL: FP) Aquisição de máquina de recortes para a carpintaria, Abertura de acesso ao sótão, Arranjo de fechaduras e portas; LRE 1) Aquisição de recuperador de calor; Cerciserv) Aquisição de mesa de engomar com aspiração, Aquisição de máquinas diversas (roçadora, corta sebes, motosserra e lavadora de pressão); Sede) Alteração luminárias cozinha, medidas para conformidade SHST. Concluído o ano, registaram-se mais seis benfeitorias do que o estimado.

OBJETIVO ESTRATÉGICO | 3.4. GARANTIR A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS

Objetivo operacional	3.4.1. Promover ações com vista à salvaguarda das questões relacionadas com a segurança das pessoas, edifícios e equipamentos											
Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Realização de simulacros com vista a apurar a eficácia das medidas de autoproteção		Sede, Amor e P. Mós		CA	Relatório de simulacro		3	3	0	-3	1	-2
Formação à equipa de primeira intervenção		Sede e P. Mós		DRH	Relatório de formação		2	2	0	-2	1	-1
Realização de visitas às instalações em matéria de ST	Todas	Todos os estabelecimentos	Jul-Dez	APS, Lda.	Relatório de visita	Nº de ações	3	4	0	-4	0	-4
Realização de visitas às instalações elétricas com PT		Sede		EGTR	Relatório de visita		1	1	0	-1	1	0
Consulta aos colaboradores em matéria de SHST (Quest. condições SHT, cons. médicas)		Todos os estabelecimentos		DRH	Relatório de consulta		1	2	0	-2	1	-1

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Simulacros) Ações previstas para o segundo semestre; Formação equipa 1ª intervenção) Ações previstas para o segundo semestre; Visitas SHST-riscos) Ações previstas para o segundo semestre; Visitas instalações PT) Ação prevista para o segundo semestre; Consulta aos colaboradores) Ação prevista para o segundo semestre. Metas sem ajustes. Foi alterada a data de execução.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Simulacros) Realizado um nas instalações-sede em 12/12/2016. Os restantes simulacros agendados transitaram para 2017 (de obrigatoriedade bianual); Formação equipa 1ª intervenção) Foi realizada uma sessão nas instalações-sede em 7/11/2016 com a presença de um formador dos BML e no qual estiveram presentes as equipas de 1ª intervenção dos LRE e sede. Para 2017 prevê-se a realização de mais duas formações, uma em leiria (mais vocacionada para os extintores) e outra em P. Mós; Visitas SHST-riscos) à data da monitorização do presente plano estavam a realizar-se as vistorias relativas ao final de 2016, o que se deveu a mudanças consideráveis na estrutura do prestador de serviço; Visitas instalações PT) Ação não executada até final do ano, mas entretanto executada já em 2017; Consulta aos colaboradores) Foi realizada uma, em novembro.

EIXO 4 – INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OBJETIVO ESTRATÉGICO | 4.1. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E A IMAGEM DA ORGANIZAÇÃO

Objetivo operacional	4.1.1. Promover a partilha de know-how											
Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Realização de momentos de reflexão com envolvimento das partes interessadas e comunidade (Encontro CERCILEI, Encontro pais IP	Todas	Leiria	Jan-Dez	Quadro superior	Relatório de atividade	Nº de ações	2	3	1	-2	1	-2

PLANO DE ATIVIDADES OPERACIONAL PARA 2016 (MONITORIZAÇÃO)



e psicólogos FP)

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Foi somente realizado o Encontro da CERCILEI. Mantem-se as metas, contudo.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Sem alterações até final do ano.

Objetivo operacional 4.1.2. Divulgar a ação desenvolvida pela organização

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Divulgação de newsletter e anuário	Todas	Sede	Jan-Dez	DT/DS	Publicação	Nº de ações	1	(2)8	4	+2	8	0

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Executado e divulgado o anuário. Quanto às newsletter e com a adoção de novo "formato" registaram-se três ao longo do primeiro semestre. Neste base será ajustada a meta para oito até final do ano.

MONITORIZAÇÃO FINAL: No segundo semestre a registar mais quatro newsletter, o que perfaz a quantia de oito publicações, portanto, em linha com o esperado.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4.2. PROMOVER A CAPACIDADE DE INOVAÇÃO

Objetivo operacional 4.2.1. Desenvolver projetos inovadores em qualquer área de intervenção

Ações a desenvolver	Valência /serviço	Local	Data	Responsável	Instrumento de avaliação	Indicador	Nível atual (RA 2014)	Previsão	Real	Desvio	Real	Desvio
Elaboração e desenvolvimento de novos projetos (de inovação)	Todas	Todos	Jan-Dez	Equipa técnica	Ficha projeto	Nº de projetos	4	4	1	-3	8	+3
Candidatura a novos projetos (Missão sorriso, BPI Capacitar, Montepio)	Todas	Sede	Jan-Dez	DT/DS	Ficha projeto		3	3	1	-2	2	-1

ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL: Projetos inovadores) Registrados um no primeiro semestre ("A biblioteca vai ao CAO-CAO P. Mós). Meta sem ajustes; Até à data somente uma candidatura, ao BPI Capacitar. Meta sem ajustes.

MONITORIZAÇÃO FINAL: Projetos inovadores) Registrados oito novos projetos durante o segundo semestre ("Receitas ao Serão", "Atividade de orientação", "Semana especialíssima", "Noite ibérica /fadós" e "Esclarecimento para rastreio a necessidades relacionadas com a alimentação", "Projeto musical Fluid" e "Terapia com animais"), num total de sete /ano, três acima do esperado, portanto; Candidatura a novos projetos) Registou-se a candidatura a um novo projeto em parceira com o IPL. Aguardamos decisão. Regista-se no final do ano um desvio de "-1" relativamente às candidaturas planeadas.

Obs) Na coluna "nível atual" estão apresentados os últimos valores apurados e validados, independentemente do ano.

Siglas

LRE – Lar Residencial

ED – Educacional

FP- Formação Profissional

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais

IP – Intervenção Precoce

PI – Plano Individual

PO – Plano Operacional

GQ – Gestor da Qualidade

DT/DS – Direção Técnica/Direção de Serviços

RS – Resposta Social

DRH – Diretor de Recursos Humanos

PLANO DE ATIVIDADES OPERACIONAL PARA 2016 (MONITORIZAÇÃO)



AD – Avaliação de Desempenho
DF – Diretor Financeiro
AG – Assembleia-Geral
RGT – Reunião Geral de Trabalhadores
CML – Câmara Municipal de Leiria
INR – Instituto Nacional de Reabilitação
SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade
ST – Segurança no Trabalho
SHST – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil
EGTR – Engenheiro Eletrotécnico Responsável
PT – Posto de Transformação
CA – Conselho de Administração
RA – Relatório de atividades

Designação do documento	Plano de Atividades Operacional para 2016 (Acomp. Sem.)
Data de criação	8/7/2016
Versão	1

Designação do documento	Plano de Atividades Operacional para 2016 (Monit. final)
Data de criação	28/3/2017
Versão	1

Cercilei, CRL

2016

Comunidade
f. 2
Oly.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos e para os efeitos do disposto da alínea a) do artigo 47º. do Código Cooperativo aprovado pela Lei nº. 119/2015 de 31 de Agosto, vem o conselho de administração da Cercilei – Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Leiria, CRL, submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2016.

NOTA INTRODUTÓRIA

Durante o exercício em análise a Cercilei, desenvolveu a sua atividade de acordo com o objeto social (Apoio Social para Pessoa com Deficiência com e sem Alojamento, Atividades de Plantação e Manutenção de Jardins e Outras Atividades Educativas), tendo obtido um resultado líquido de **29.900,57€**.

1 . RESULTADO DO EXERCÍCIO

O EBDIT, resultado antes de depreciações e juros, foi de 89.253,67€, inferior ao resultado de 2015, que foi de 122.312,64€, resultado este que reflete o aumento dos gastos com o pessoal, devido à contratação de pessoal para a reestruturação das valências CAOS de Leiria, bem como ao aumento das taxas contributivas sobre os trabalhadores ao serviço das Entidades sem Fins Lucrativos, de acordo com o artigo 281º do Código Contributivo (ajustamento feito de acordo com a Lei nº. 119/2009 de 30 de Dezembro).

Os resultados financeiros continuam negativos, embora tenham tido uma acentuada redução, devido ao fato de as taxas de juros dos custos com as locações financeiras estarem cada vez mais baixos.

2 . INFORMAÇÕES SOBRE VALÊNCIAS E OUTRAS ATIVIDADES

O resultado dos custos e proveitos por valência e outras atividades da instituição são demonstrados em mapas anexos. Salienta-se o fato de com abertura da nova valência de CAO e a reestruturação dos outros dois já existentes no lugar dos Pinheiros passaram a ser três Caos com igual número de utentes para cada. Todos os gastos foram calculados desde Janeiro a Dezembro para 30 utentes, conforme comunicação da Segurança Social.

Quanto às receitas, os valores transferidos pela mesma, Subsídios à Exploração apresentam a seguinte amostragem:

CAO 1 – Subsídios de Janeiro a Junho para 86 utentes, de Julho a Dezembro para 30.

CAO 2 – Subsídios de Julho a Dezembro para 30 utentes.

CAO 3 – Subsídios de Janeiro a Junho para 16 utentes e de Julho a Dezembro para 30.

As mensalidades foram cobradas do seguinte modo:

CAO 1 – Mensalidades de Janeiro a Agosto de 70 utentes e as mensalidades de Setembro a Dezembro de 30 utentes.

CAO 2 – Mensalidades de Setembro a Dezembro de 30 utentes.

CAO 3 – Mensalidades de Janeiro a Agosto de 16 utentes e as mensalidades de setembro a Dezembro de 30 utentes.

As reversões das receitas proporcionais aos gastos encontram-se nas contas:

CAO 1 – Acréscimos de custos (68884) - 137.470,13€

CAO 2 – Acréscimos de proveitos (78884) – 97.976€

CAO 3 – Acréscimos de proveitos (78884) – 39.494,13

O resultado negativo do CAO 2, regista os gastos com férias e subsídio de férias a reconhecer no próprio período ainda só venham a ocorrer em período posterior.

Na atividade da Formação Profissional existe um custo elegível, no exercício de 2015 levado à Sede no valor de 5.821€.

A atividade Educacional (DGEste) apresenta um saldo devedor por acréscimos de gastos de 35.129,45€ enquanto o CRI apresenta um saldo credor por acréscimos de rendimentos no valor de 27.391,46€, a diferença entrará nas contas de 2017.

3 . INFORMAÇÕES RELEVANTES

Durante o exercício não houve qualquer negócio por conta própria diretamente ou por interposta pessoa entre o conselho de administração, os órgãos de fiscalização e a cooperativa e apenas foram praticados atos necessários à defesa dos interesses, bem como à salvaguarda dos princípios cooperativos e ainda foi feito um acompanhamento da evolução económico-financeira para a preparação adequada da tomada de decisões, conforme o artigo 46º do Código Cooperativo.

Desde a data de termo do exercício e até ao momento não ocorreram quaisquer fatos relevantes, que de qualquer forma, influam na situação apresentada. Não existem quaisquer dívidas ao estado em mora.

4 . INVESTIMENTOS DE 2016

Os investimentos em ativos fixos tangíveis durante o ano 2016 foram:

Um Edifício Fitofarmacêutico no valor de 10.728,38€;

Dois Computadores para Intervenção Precoce de Leiria e de Porto de Mós no valor de 1.254,69€;

Um Recuperador de Calor para Lar de Leiria no valor de 1.292€;

Uma Trituradora e uma Máquina de Lavar para Refeitório no valor de 4.483,97€ e

Uma Relvadeira e uma Mesa de Engomar para Empresa de Inserção no valor de 2.459,88€.

Há ainda a salientar que se encontram ativos doados em 2015 no valor de 3.592,63€ em diferimentos de custos a aguardar início de utilização/aplicação.

Boavista
f. 2
Oly.

5 . OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Estando a Cercilei abrangida pelas Normas Contabilísticas para as Entidades do Setor Não Lucrativo mensura os Ativos Financeiros pelo método do custo. As variações positivas são levadas a proveitos extraordinários e as variações negativas são levadas a gastos extraordinários a quando das cessações de contratos de trabalho.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho. O Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) é um fundo mutualista, financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais e que visa a concretização da garantia conferida pelo regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto.

No balanço além destes ainda se encontram os FUNDOS DE REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR SOLIDÁRIO, que tem como objetivo apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições de Solidariedade Social, permitindo o regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas instituições prestam. Esta medida foi criada pelo Decreto – lei nº. 165-A/2013 de 24 de Março, até à presente data não obtivemos qualquer informação da sua continuação

6 . PRINCIPAIS INDICADORES

A liquidez geral da instituição é de 1,9%, o que demonstra existir uma boa capacidade para responder às suas obrigações.

A autonomia financeira é de 77%, indicador de uma satisfatória estabilidade financeira.

7 . PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O conselho de administração submete à apreciação do órgão de fiscalização e à assembleia este relatório bem como as contas do exercício de 2016, conforme é de sua incumbência.

Pinheiros, 28 de Março de 2016

O Conselho de Administração

131279980

17450

Guilherme Freitas

Luís Carlos Pereira
Presidente do Conselho de Administração e Fiscalização de
Cercilei em substituição de Luís - CPL

Maria de Fátima de G. L. P. P. P.

Entidade : CERCILEI CRL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONFIGURAÇÃO POR DEFEITO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ N	31 DEZ N-1
Vendas e serviços prestados	(10)	267.918,98	269.955,00
Subsídios, doações e legados à exploração	(12)	1.778.830,49	1.667.980,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10)	31.282,81	31.708,58
Fornecimentos e serviços externos	(17)	458.172,49	451.326,95
Gastos com o pessoal	(16)	1.482.769,54	1.340.506,51
Outros rendimentos	(17)	212.123,34	30.446,95
Outros gastos	(17)	197.394,30	22.527,78
Resultados antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		89.253,67	122.312,64
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(5)	58.747,83	61.561,78
Resultado operacional (antes de gastos financeiros e impostos)		30.505,84	60.750,86
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	138,94
Juros e gastos similares suportados	(7)	605,27	1.269,24
Resultado antes de impostos		29.900,57	59.620,56
Resultado líquido do período		29.900,57	59.620,56

131279980

17450

Opamela Jaufer

O Conselho de Administração

Maíra de Fátima de Castro Neto P. 146

CERCILEI
Cooperativa de Ensino e Reabilitação de
Cidadãos Inadaptados de Leiria - CRL.

Entidade : CERCILEI CRL

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONFIGURAÇÃO POR DEFEITO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ N	31 DEZ N-1
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	(5)	1.143.881,07	1.181.866,57
Activos intangíveis	(6)	1.086,84	1.630,25
Outros activos financeiros	(15)	2.752,91	1.960,62
Total		1.147.720,82	1.185.457,44
Activo corrente			
Inventários	(9)	297,64	253,12
Créditos a receber	(15)	39.706,52	39.483,48
Adiantamentos a fornecedores		47,70	0,00
Diferimentos	(13)	5.631,99	4.616,61
Caixa e depósitos bancários	(15)	677.899,77	535.405,79
Outros activos correntes	(15)	134.375,11	173.283,26
Total		857.958,73	753.042,26
Total do Activo		2.005.679,55	1.938.499,70
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		3.025,00	3.025,00
Reservas legais		36.435,83	33.454,80
Outras reservas	(15)	781.930,75	725.291,22
Outras variações nos fundos patrimoniais	(13)	706.452,86	725.495,30
Resultado liquido do periodo (Calculado na Demonstração dos Resultados)		29.900,57	59.620,56
Total do capital próprio		1.557.745,01	1.546.886,88
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	(11)	50.000,00	50.000,00
Financiamentos Obtidos	(7)	67.768,11	84.425,74
Passivo corrente			
Fornecedores	(15)	25.167,76	26.793,16
Adiantamentos de clientes	(15)	4,92	16,02
Estado e outros entes públicos	(15)	70.258,43	67.636,73
Fundadores/beneméritos/associados	(15)	795,00	795,00
Financiamentos obtidos	(15)	6.148,50	0,00
Outros passivos correntes	(15)	227.791,82	161.946,17
Total passivo		447.934,54	391.612,82
Total dos fundos patrimoniais e passivo		2.005.679,55	1.938.499,70

O Conselho de Administração

Deposita
CERCILEI
 Cooperativa de Ensino e Reabilitação de
 Cidadãos Inadaptados de Leiria - CRL.
Maria do Fátima de Castro Figueira

131279980

17450

Osvaldo Santos

Cercilei, Crl

Aband. (cont.)
#2
Oly-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2016

(Anexo nº. 16, nº1,5 e 6 do artigo 11º do Decreto –Lei nº. 158/2009 de 13 de julho com a redação dada pelo Decreto –Lei nº. 98/2015 de 2 de junho)

1- Identificação da Entidade

1-1 - CERCILEI – Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Leiria, CRL é uma cooperativa, fundada em 01 de Julho de 1976, tendo como objetivo a solidariedade social, sendo a sua missão promover a educação, reabilitação e inclusão sócio - profissional da pessoa com deficiência, potenciando o exercício da cidadania através da confidencialidade, rigor, privacidade, integridade, solidariedade e responsabilidade, ssa também a criação e manutenção de estruturas e linhas de ação e dinamização que sirvam a proteção e desenvolvimento do cidadão portador de deficiência, na defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades.

1-2 - A sua sede situa-se na Rua das Moitas Altas, no lugar de Pinheiros, na freguesia de Marrazes, concelho e distrito de Leiria, com o código postal 2401 976 LEIRIA.

1-3 – A sede acolhe três Caos com 30 utentes cada, a Intervenção Precoce acompanha 60 utentes, a Educacional tem 4 alunos e o CRI acompanha 260 alunos, a Formação Profissional tem 70 formandos e a Empresa de Inserção possui duas atividades, plantação e manutenção de jardins e lavandaria. No Vale Sepal o Lar Residencial acolhe 12 utentes e de Amor acolhe 10. No polo de Porto de Mós o CAO acolhe 30 utentes e a Intervenção Precoce acompanha 45 utentes.

1-4 - Por despacho de 31 de Janeiro de 1980 e nos termos dos artigos 2º e 3º do Decreto –Lei nº. 460/77 de 7 de Novembro o Primeiro Ministro, declarou de **utilidade pública** a Cercilei com o número de contribuinte **500594147** e o número de segurança social **20008992704**, por diploma publicado em diário da republica III série nº. 34 de 9 de Fevereiro de 1980.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2-1 – Referencial contabilístico

- As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as alterações às normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC - ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº. 36-A/2011, de 9 de Março, que faz parte integrante do Sistema de

Normalização Contabilística, aprovado pelo DL 158/2009 de 13 de Julho. Fazem parte das normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, balanço e demonstração de resultados por natureza e o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de relato Financeiro (NCRF) aplicáveis às ESNL, aprovadas pela Portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados por natureza a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressos em euros e foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade das operações e em conformidade com o regime de acréscimo, tendo em conta as seguintes características qualitativas: compreensibilidade; relevância; materialidade; fiabilidade; representação fidedigna; da substância sobre a forma; neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

2.2. Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de Dezembro de 2015.

3 – Principais políticas contabilísticas:

3-1 - Base de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

- As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as NCRF – ESNL a partir dos registos contabilísticos. Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

- a) - **Ativos Fixos Tangíveis** - encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil para cada classe de ativo. As despesas com reparações e manutenções destes ativos são consideradas como gastos do período em que ocorrem, salvo as de grande valor que são depreciadas às taxas ajustadas à depreciação do bem. As mais ou menos valias resultam da venda ou abate de ativos fixos tangíveis e são determinados pela diferença entre o preço de venda e ou o valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados no item " Outros gastos " ou " Outros rendimentos ", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente. As propriedades de investimento compreendem edifícios e outras construções, que são utilizados no desenvolvimento dos serviços que fazem parte do objeto da instituição.

Handwritten notes in blue ink at the top right corner of the page, including the name "Santos", the number "42", and a signature.

- Completado
p. 2
Oly.
- b) - **Imposto sobre o Rendimento** - a instituição encontra-se sujeita a Imposto sobre o rendimento na Empresa de Inserção, sendo uma atividade concorrencial, sujeita a IVA e IRC.
 - c) - **Inventários** - as mercadorias, as matérias-primas e de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, não se encontrando registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.
 - d) - **Créditos e outros valores a receber** - estão reconhecidos pelo seu valor nominal, não existindo perdas de imparidade.
 - e) - **Caixa e depósitos à ordem** - os valores em caixa e depósitos à ordem encontram-se totalmente disponíveis à data de encerramento do balanço.
 - f) - **Financiamentos bancários** - os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, e são registados como passivos não correntes pois são deferidos por mais de 12 meses à data do relato.
 - g) - **Locações** - os contratos são classificadas como locações financeiras pois foram transferidos todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, sendo contabilizados conforme NCRF 9, em financiamentos obtidos.
 - h) - **Rédito** - o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade das valências da instituição e reconhecido, líquido de impostos, quando são devidos, e abatimentos e descontos. Observou-se o disposto na NCRF 20. Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos à data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.
 - i) - **Ativos fixos Intangíveis** - encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, não existindo imparidades, sendo as depreciações calculadas pelo método de quotas constantes em conformidade com o período de cada vida útil de cada ativo.

3-2 - Principais estimativas e julgamentos:

- As contas de balanço da Cercilei foram certificadas pelo seu conselho fiscal, conforme parecer assinado em reunião de discussão e aprovação de contas, bem como apresentadas em assembleia conforme o artigo 30 dos Estatutos.

3-3 - Principais pressupostos relativos ao futuro:

- Não foram identificadas pela instituição situações que coloquem em causa a continuidade de instituição.

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

- As NCRF aplicáveis no encerramento das contas proporcionam informação fiável, não sendo de salientar qualquer erro contabilístico.

Baudista
f. d.
Ory

5 – Ativos Fixos Tangíveis:

5-1 - Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

- a) As depreciações foram efetuadas pelo método de quotas constantes.
- b) As taxas das depreciações estão dentro dos limites estabelecidos nos termos de Decreto - Lei 78/1989, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens.
- c) As depreciações dos ativos fixos tangíveis constam em tabela anexa, totalizadas por valências e contas totalizadoras.
- d) Os ganhos e as perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou ganhos no período.
- e) São classificados como ativos fixos tangíveis os ativos subjacentes aos contratos de locação financeira, nos quais se verifique a transferência para o locatário de todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

5-2 – Não foram dados como garantia, passivos na restrição de titularidade de ativos fixos tangíveis.

5-3 – Não houve revalorização de ativos fixos tangíveis.

5-4 – As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com as quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

VIDA ÚTIL	Bem	Anos
	Edifícios e outras construções	6 a 50
	Equipamento básico	3 a 6
	Equipamento de transporte	3 e 5
	Equipamento administrativo	5 a 8
	Outros ativos fixos tangíveis	4 a 20
	Ativos fixos intangíveis	

Bauhaus
f.l.
Oy

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados respetiva. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos, mas quando suscetíveis de gerar benefícios futuros são levados a gastos do período mas repartidos por três anos (33,33%).

5-5 – Quantia escriturada bruta no início e no fim do exercício do ativo fixo tangível e intangível bem como as suas depreciações:

Rubricas:	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Saldo Final
Edifícios e outras construções	1.576.799,55	10.728,38		1.576.799,55
Equipamento básico	416.724,10	8.235,85		416.724,10
Equipamento de transporte	409.699,68			409.699,68
Equipamento administrativo	195.586,73	1.254,69		195.586,73
Outras imobilizações corpóreas	48.296,66			48.296,66
TOTAL	2.647.106,72	20.218,92		2.667.325,64

Depreciação acumulada:

ACTIVOS TANGÍVEIS:	Saldo Inicial	Reforço	Regularização	Saldo Final
Edifícios e outras construções	438.833,58	32.042,68		470.876,26
Equipamento básico	399.383,50	7.568,71		406.952,21
Equipamento de transporte	386.502,20	15.996,19		402.498,39
Equipamento administrativo	193.369,68	2.215,02		195.584,70
Outras imobilizações corpóreas	47.151,19	381,82		47.533,01
TOTAL	1.465.240,15	58.204,42		1.523.444,57

6 – Ativos intangíveis:

ACTIVOS INTANGÍVEIS:	Saldo Inicial	Reforço	Regularização	Saldo Final
Programas de computador	2.717,07			2.717,07

Depreciação acumulada:

Programas de computador	1.086,82	543,41		1.630,23
-------------------------	----------	--------	--	----------

7 – Custos de empréstimos obtidos:

Os custos financeiros contabilizados no período, são juros com a locação financeira que está contabilizada ao valor, presente no contrato, sendo segregado o valor entre o custo financeiro e a amortização de capital nos valores das rendas. Existe uma segurança na opção de compra no final do contrato e os valores levados a custos além dos juros são o valor da depreciação, conforme taxas da tabela específica do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14 de Setembro

	7-1 - VALOR DE AQUISIÇÃO	7-2 - RENDAS /ANO	VALOR LIQUIDO 2016	VALOR LIQUIDO 2015	VARIAÇÃO
Edifícios e Outras Construções: - Edifício Lar 2	210.000,00€	16.657,63€	67.768,11€	84.425,74€	16.657,63
Total *			67.768,11€	84.425,74€	

Juros e gastos são:

Juros dos empréstimos com Edifícios	605,27€
Total	605,27€

* Locação financeira com o BPI, referente ao Edifício do Lar de Amor em Leiria.

9 - Inventários:

Os inventários são valorizados ao custo corrente, os inventários de 2015 foram reconhecidos como gastos durante o período, não existindo reversões ou ajustamentos, neste período. Os valores existentes à data de 31 de Dezembro nos Lares são:

Descrição	2016	2015	VARIAÇÃO
Géneros alimentares	297,64€	253,12€	44,52€

10 – Rendimentos e gastos

- O rédito é considerado pelo justo valor da retribuição a receber ou recebida. É reconhecido quando é transferido para o comprador/beneficiário os riscos e benefícios dos bens ou serviços; quando é mensurado com fiabilidade e os benefícios económicos passam para o cliente/utente.
- O rédito é gerado internamente com o objeto principal da entidade decorrente das atividades ordinárias.
- As comparabilidades das contas de réditos são demonstradas pela demonstração de resultados por natureza da seguinte forma:

Rédito:

RUBRICAS	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO
Vendas e serviços prestados			
- Mercadorias	12.984,26	16.592,50	-3.608,24
- Mercadorias da empresa de inserção	3.545,52	13.380,00	-9.834,48
Prestações de serviços			
- Mensalidades	128.353,79	126.090,00	2.263,79
Promoção p/captação de recursos			
- Campanhas de angariação de fundos	10.027,50	10.612,64	-585,14
Serviços secundários			
- Serviços empresa de inserção	104.234,87	99.579,16	4.655,71
- Serviços de refeição e venda de publicidade	8.773,04	3.700,70	5.072,34
Total dos réditos	267.918,98	269.955,00	-2.036,02

Banka
#2
Oxy

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

	2016
Existências iniciais	253,12
Compras	31.327,33
Existências finais	297,64
Saldo	31.282,81

11 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingente:

Existe uma provisão para “Outro riscos e encargos” criada em 2010, para fazer face a processos judiciais em curso, continuando a aguardar conclusão.

A quantia escriturada foi de 50.000€, valor razoável definido pela direção, não sendo criadas novas provisões no presente ano e o valor não é previsível ser alterado.

12 – Subsídios, e outros apoios das entidades públicas:

Variação dos fundos patrimoniais:

ENTIDADES DOADORAS	31/12/2016	31/12/2015	Variação
<i>Para Edifício do CAO :</i>			
PIDDAC	70.875,36	73.020,18	-2.144,82
CRSS de Leiria	19.752,36	20.350,92	-598,56
<i>Para Edifício da Sede:</i>			
Município de Leiria	7.446,38	7.679,06	-232,68
Governo Civil de Leiria	4.788,45	4.938,09	-149,64
Freguesia de Marrazes	319,17	329,15	-9,98
Freguesia de Leiria	191,63	197,61	-5,98
Caixa Geral de Depósitos	798,07	823,01	-24,94
<i>Para Edifício da Formação Profissional:</i>			
FEDER – IGF	203.508,48	209.875,26	-6.366,78
Governo Civil de Leiria	11.100,00	11.450,00	-350,00
<i>Para Edifício do CAO Porto de Mós:</i>			
PARES	131.074,69	134.193,75	-3.119,06
Município de Porto de Mós	256.598,27	262.638,27	-6.040,00
Total	706.452,86	725.495,30	-19.042,44

Principais doadores e fontes dos fundos à exploração:

ENTIDADES DOADORAS	31/12/2016	31/12/2015
ISS,IP Centro distrital de Leiria	1.112.472,72	1.082.754,00
Direção Regional de Educação - DGEST /CRI	199.605,74	139.768,87
Do I.G.F.S.S. – IP – (f.p.)	302.041,41	385.762,63
Do I.E.F.P.	4.035,41	0
Município de Leiria	2.000,00	1.500,00
INR – Instituto Nacional p/Reabilitação	7.815,31	7.778,04
De outras entidades (Freguesia de Marrazes/C.M.P.M.)	0	225,00
Donativos – Vários mecenas	47.423,16	43.563,90
Total	1.675.393,75	1.661.352,40

- Bambal
#2
Ag.
- a) Os subsídios obtidos foram concedidos para assegurar a rentabilidade mínima e compensar os gastos incorridos ou compensar através dos donativos os déficits de exploração do exercício.
 - b) Os subsídios atribuídos pelo ISS são atribuídos conforme protocolos assinados pelas partes.
 - c) Os subsídios GSS-IP, destinados à atividade da Formação Profissional (FSE), são conforme gastos elegíveis.
 - d) Os subsídios da DGEST/CRI destinam-se a assegurar as atividades tituladas pelo Ministério da Educação.
 - e) O Apoio financeiro atribuído pelo Instituto Nacional para a Reabilitação no montante total de 7.815,31€, corresponde a 4.212,12€, do projeto nº. 627/2016 - atividade artística para todos, e o valor de 3.603,19€, ao projeto nº. 672/2016 – capacitar e incluir.
 - f) Durante o ano corrente o Município de Leiria apenas nos designou apoio na Hipo terapia, no valor de 1.500€ e um valor de 500€ para o apoio do livro “ Balões de Todas as Cores”.
 - g) Quanto aos donativos, foi entregue a Declaração Modelo 25, nos termos dos artigos 66º, nº. 1 Alínea c) do EBF e nº. 10º-A, nº. 1 Alínea c) do EMC onde estão discriminados os **mecenas** com o respetivo código (número de contribuinte) e o valor doado. Os donativos em espécie foram de 2.366,06€ e em numerário 17.592,46€. Quanto aos donativos por imposição do tribunal, anónimos e outros foi de 21.204,53€. De salientar ainda o valor de 6.260,15€ do benefício fiscal recebido pela entrega do IRS e IVA na modelo 3 de 2015, dos contribuintes.

13 - Diferimentos:

3.1- Gastos e rendimentos a reconhecer em períodos seguintes:

Existem neste exercício diferimentos de gastos a reconhecer com contratos plurianuais de ativos tangíveis que aguardam início de utilização, no valor de 5.631,99€, doações de 2015.

3.2 - Variações de fundos patrimoniais:

	2015	2016
<i>Imputação de Subsídios associados a investimentos</i>	<i>19.042,44</i>	<i>19.042,44</i>
<i>(Base sistemática às depreciações dos investimentos subsidiados)</i>		
Subsídio PARES	3.119,06	3.119,06
Subsídio PIDDAC	2.144,82	2.144,82
Subsídio IGF – FEDER	6.366,78	6.366,78
Subsídio do CRSS de Leiria	598,56	598,56
Subsídio de Outras Instituições	6.813,22	6.813,22

14 – Impostos sobre os rendimentos:

A atividade da empresa de inserção sujeita a impostos teve durante o exercício de 2016 um resultado negativo no valor de 5.264,24€ pelo que não foram calculados impostos sobre os lucros. No presente exercício existe um reembolso de IRC retido no valor de 31,42€, pelo BPI, referente à retenção na fonte dos juros de depósitos à ordem.

15 – Instrumentos Financeiros:

Políticas contabilísticas:

Apenas é reconhecido um ativo financeiro, um passivo financeiro e um fundo patrimonial próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidação de capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Não existem ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor.

Os instrumentos financeiros que são mensurados ao custo:

15.1

OUTROS ACTIVOS	DEVEDOR 2015	DEVEDOR 2016	Varição
<i>Clientes e utentes</i>	39.486,48	39.706,52	220,04
<i>Adiantamento de fornecedores</i>		47,70	47,70
<i>Devedores por acréscimo de proveito</i>	171.662,95	132.454,80	-39.208,15
- A receber da F.Profissional - ISS	169.486,43	103.436,74	
- A receber da Educacional - DREC	700,94	700,94	
- A receber do CRI - DREC	0	26.690,52	
- A receber – Pirilampas	604,91	1.246,60	
- Outros - Funcionários	870,67	380,00	
<i>Outras contas a receber</i>	1.620,31	1.920,31	300,00
OUTROS PASSIVOS	CREDOR 2015	CREDOR 2016	Varição
<i>Fornecedores e F. de investimento</i>	1.759,85	25.167,76	23.407,91
<i>Fundadores/associados</i>	795,00	795,00	
<i>Adiantamento de clientes</i>	16,02	4,92	11,10
<i>Credores por acréscimos de gastos</i>	161.946,17	227.791,82	65.845,65
- A pagar – Férias e Sub.férias	160.964,06	191.268,71	30.304,65
- A pagar da educacional - DREC		35.129,45	35.129,45
- A pagar do CRI - DREC	727,11	882,44	155,33
- A pagar pessoal - remunerações a pagar		151,21	151,21
- A pagar de cauções e outros	255,00	360,01	105,01

15.2 - Saldos com o estado e outros entes públicos:

Rubricas:	SALDO CREDOR 2015	SALDO CREDOR 2016
Retenções de Imposto sobre o Rendimento (IRS)	15.613,52	16.534,91
IVA a pagar	7.641,32	4.922,65
Contribuições p/Segurança Social	44.381,89	48.800,84
Total	67.636,73	70.258,40

15.3 - Saldos com as contas caixa e depósitos à ordem:

Rubricas:	Devedor 2015	Credor 2015	Saldo Devedor 2016	Saldo Credor 2016
Caixa	1.117,09	0	1.115,40	0
Depósitos bancários	534.288,70	463,98	676.784,37	6.148,50

A demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e os pagamentos de caixa brutos.

A 31 de Dezembro de 2016, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Os depósitos à ordem estão disponíveis para uso, garantindo a sua mobilização imediata.

15.4 – Empréstimos obtidos:

Os saldos credores de depósitos à ordem foram levados em balanço a empréstimos obtidos a curto prazo, pois referem-se a cheques emitidos e lançados a 31 de Dezembro e descontados em Janeiro do ano seguinte.

15.5 - Outros ativos financeiros não correntes

Rubricas:	2015	2016	VARIAÇÃO
Fundos de compensação do trabalho	889,83	1.682,12	792,29
Fundo de reestruturação do sector solidário	1.070,79	1.070,79	
TOTAL	1.960,62	2.752,91	792,29

- Fundo de capitalização individual financiado pela instituição, conforme legislação em vigor, Lei nº. 70 de Agosto de 2013, constituindo uma poupança a que se encontram vinculadas com vista ao pagamento de uma compensação aos trabalhadores por ele abrangidos.

- Fundo de reestruturação do sector solidário, conforme Decreto-Lei nº. 165-A/2013 e as suas alterações com a Lei nº. 75/2014 e Decreto – Lei nº. 44/2015.

15.6 - Fundos Patrimoniais:

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais:

RUBRICAS	31/12/2015	31/12/2016	Varição
Fundo	3.025,00	3.025,00	
Reservas estatutárias	758.746,02	818.366,58	+29.900,57
Outras variações nos fundos patrimoniais	725.495,30	706.452,86	-19.042,44
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	59.620,56	29.900,57	
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	1.546.886,88	1.557.745,01	+10.858,13

Handwritten notes:
 Baudouin
 R.
 C.

16 – Benefícios de empregados:

Os benefícios de curto prazo dos trabalhadores incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela instituição, sendo estas obrigações reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com legislação vigente e levados a " Outras contas a receber e a pagar" – Credores por acréscimos de gastos.

16.1 – Acréscimos:

Saldo com Pessoal	2015	2016	Varição
Credores por acréscimos de gastos			
(Férias/subsídio de férias de 2016 a pagar em 2017)	160.964,06	191.268,71	30.304,65

16.2 - O número médio de funcionários e de utentes por valência e de atividades:

VALÊNCIAS/Tutela	Nº. médio de utentes	Nº. médio de funcionários
CAO 1 – LEIRIA - ISS	30	12
CAO 2 – LEIRIA - ISS	30	12
CAO 3 – LEIRIA - ISS	30	12
LAR 1- VALE SEPAL - ISS	12	6
LAR 2 – AMOR - ISS	10	5
IP 1 – LEIRIA - ISS	60	3
EDUCACIONAL – Ministério da Educação	5	2
CRI – Ministério da Educação	260	11
FORMAÇÃO PROFISSIONAL - IGSS	70	13
EMPRESA DE INSERÇÃO – Atividade concorrencial	0	7
SEDE - Autónimo	0	0
CAO 4 – PORTO DE MÓS - ISS	30	10
IP 2 – PORTO DE MÓS - ISS	45	2

16.3 – Gastos com o pessoal:

	Rubricas:	2015	2016
63.21	Remunerações do pessoal	970.104,17	1.041.030,15
63.22	Subsídio de almoço	21.804,24	21.139,58
63.24	Outras remunerações isentas	4.146,09	4.623,24
63.29	Acréscimos de custos	-1.121,90	30.304,65
63.41	Indeminizações tribunal	0	4.000,00
63.52	Encargos sobre remunerações	208.350,50	227.413,23
63.54	Entidades contratantes	572,40	493,20
63.57	Fundos G.C.T.	53,57	128,82
63.6	Seguros de acidentes de trabalho	8.835,99	8.698,73
63.82	Medicina no trabalho	1.286,31	1.235,59
63.83	Higiene e segurança no trabalho	882,00	1.207,01
63.84	Formação profissional pessoal	359,00	1.215,00
63.81	Custos c/ formando - Formação profissional	125.234,14	141.280,34
		1.340.506,51	1.482.769,54

17 – Outras divulgações:

17.1 – Fornecimentos e serviços externos:

	Rubricas:	2015	2016
62.1	Subcontratos	109.746,01	110.508,59
62.21	Trabalhos especializados	22.137,58	11.079,55
62.22	Publicidade e propaganda	0	266,80
62.23	Vigilância e segurança	5.499,99	3.452,19
62.24	Honorários	59.020,42	45.449,45
62.26	Conservação e reparação	46.421,39	60.718,65
62.31	Ferramentas e utensílios	5.087,63	10.283,65
62.33	Material de escritório	9.600,20	8.619,96
62.34	Artigos para oferta	603,24	808,54
62.35	Material didático	2.126,17	1.584,86
62.36	Materiais p/ quinta pedagógica	827,22	1.076,52
62.37	Material p/ atividades ocupacionais	1.194,23	2.442,65
62.41	Electricidade	25.522,34	21.134,61
62.42	Combustíveis	74.253,79	71.914,35
62.43	Água	2.930,30	9.042,51
62.51	Deslocações e estadas	10.132,12	1.894,33
62.61	Rendas e alugueres	10.024,55	8.953,51
62.62	Comunicação	9.857,11	8.730,59
62.63	Seguros	13.353,69	12.550,92
62.65	Contencioso e notariado	877,94	737,72
62.67	Limpeza, higiene e conforto	14.198,70	14.417,02
62.68	Despesas c/organização atividades	27.782,33	45.533,12
		451.326,95	458.172,49

17.2 – Outros gastos e perdas:

		2016	2015
6811	Impostos diretos	343,16	686,31
6812	Impostos indiretos e taxas	588,70	,20
682	Descontos pronto pagamento	0,09	1,50
687	Perdas em investimentos não financeiros	4,66	0
6881	Correções relativas a períodos anteriores	7.047,16	10,06
6883	Quotizações	3.300,00	2.090,00
6888	Multas e penalidades	0	393,46
6888	Processos de tribunal		4.752,00
6888	Outros gastos com utentes	13.510,95	14.594,25
6888	Acréscimos de custos *	172.599,58	0
	TOTAL	197.394,30	22.527,78

17.3 – Outros rendimentos e ganhos:

		2016	2015
781	Rendimentos suplementares	7.680,70	8.192,50
782	Descontos pronto pagamento obtidos	1,03	121,65
786	Outros rendimentos e ganhos	7,62	
7881	Correções relativas a períodos anteriores	0	2.524,37
7882	Reembolso de Imposto e subs.de anos anteriores	531,42	177,03
7883	Imputação de subsídios ao investimento	19.042,44	19.042,44
7885	Restituição de impostos e outros	9.153,97	0
7888	Estorno de seguro	387,63	388,96
7888	Acréscimo de proveitos *	172.520,32	
	TOTAL	212.123,34	30.446,95

*O valor em acréscimos de custos e acréscimos de proveitos resulta da abertura da nova valência de CAO e a reestruturação dos outros dois já existentes no lugar dos Pinheiros na

Contabil
F3
Ohy

Sede que passaram a ser três com igual número de utentes para cada. Todos os gastos foram calculados desde Janeiro a Dezembro para 30 utentes, para cada uma das valências embora o protocolo entre as partes ter sido assinado a partir de 01 de Maio de 2016. Quanto às receitas, os valores transferidos pela mesma, Subsídios à Exploração apresentam a seguinte amostragem:

CAO 1 – Subsídios de Janeiro a Junho para 86 utentes, de Julho a Dezembro para 30.

CAO 2 – Subsídios de Julho a Dezembro para 30 utentes.

CAO 3 – Subsídios de Janeiro a Junho para 16 utentes e de Julho a Dezembro para 30.

As mensalidades foram cobradas do seguinte modo:

CAO 1 – Mensalidades de Janeiro a Agosto de 70 utentes e as mensalidades de Setembro a Dezembro de 30 utentes.

CAO 2 – Mensalidades de Setembro a Dezembro de 30 utentes.

CAO 3 – Mensalidades de Janeiro a Agosto de 16 utentes e as mensalidades de setembro a Dezembro de 30 utentes.

Para dar cumprimento às regras do sistema de normalização contabilística e para que as demonstrações financeiras nos mostrem a posição de cada uma das valências e atividades os gastos e perdas inicialmente foram separadamente relatados e a compensação foi efetuada numa conta de outros custos/proveitos para que apenas reflita a substância da transação, pelo que as reversões das receitas proporcionais aos gastos encontram-se nas contas:

CAO 1 – Acréscimos de custos (68884) - 137.470,13€

CAO 2 – Acréscimos de proveitos (78884) – 97.976€

CAO 3 – Acréscimos de proveitos (78884) – 39.494,13

A demonstração de resultados por natureza do corrente ano representa com clareza o efeito das transações, mostrando a sua finalidade, no pressuposto da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência da apresentação, da materialidade e agregação, da informação comparativa e a compensação reflete o acontecimento atrás descrito não prejudicando a capacidade de compreender as transações.

Assim, o valor da rubrica, *outros rendimentos* é compensada com *outros custos* e reflete a substância da transação demonstrando com mais fiabilidade os resultados das valências de CAOS e assim verifica-se haver penas um aumento dos custos de anos anteriores, que representam um valor de 5.821€ de despesas elegíveis não aceites pela IGSS / Formação Profissional.

18 – Outras informações

18.1 – A variação existente nos outros recebimentos nos fluxos de caixa das atividades operacionais e nas doações nos fluxos de caixa das atividades de financiamento no mapa da demonstração de fluxos de caixa entre os anos 2015 e 2016, deve-se ao facto de nos anteriores a 2016, os subsídios à exploração terem sido considerados, indevidamente, um recebimento de caixa das atividades de financiamento quando deve ser um fluxo de caixa operacional.

Assinatura

18.2 - Não existem operações relevantes que não estejam incluídas no Balanço ou descritas no seu Anexo.

- Não existem impostos em mora, a Cercilei apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social.

- Os membros da direção da Cercilei não recebem qualquer contrapartida pelo exercício dessa competência.

18.3 - Não existem empréstimos contraídos em situação de incumprimento.

18.4 - Não houve alteração dos membros do órgão do conselho de administração, nem membros do conselho fiscal.

18.5 - Não existiram eventos materiais após a data do balanço até a presente data.

18.6 - Os resultados operacionais da Cercilei durante o ano 2016 foram de 30.505,84€.

Os resultados financeiros foram no valor negativo de 605,27€

O resultado líquido do período foi de **29.900,57€**,

Marrazes, 30 de Março de 2017

OCC nº. 17450 *[Assinatura]*

O Conselho de Administração

[Assinatura]
CERCILEI
Cooperativa de Ensino e Reabilitação de
Cidadãos Inadaptados de Leiria - CRL
Manic de falhas de G&S Anna Rita